

## **CARTA DE UBÁ ELABORADA NO ENCONTRO REGIONAL DA COMUNIDADE NEGRA PROPOSIÇÕES DE COMPROMISSOS ANTIRRACISTAS AO GOVERNO POPULAR**

Nós, militantes da causa antirracista, lideranças de Movimentos Sociais e Populares, Sindicatos, Associações, Coletivos, Partidos Políticos Progressistas, Pastorais Sociais, Comunidades Eclesiais de Base, Estudantes, Trabalhadores Formais, Informais, da Economia Solidária, Pesquisadores e Pesquisadoras, Educadores e Educadoras Populares, do campo e da cidade, participantes do Encontro Regional do Movimento Negro, realizado no dia 23 de julho de 2022, em Ubá, Cidade-Carinho da Zona da Mata destas terras de Minas Gerais, motivados pelo tema central condutor do Encontro que foi “A População Negra e a Atual Conjuntura Brasileira”, e pelo lema “Um Olhar do Presente em Direção ao Futuro”, que teve a assessoria de Martvs das Chagas, após intensos debates e reflexões sobre a temática, o reconhecimento de avanços relevantes das políticas públicas de promoção de igualdade racial no período do governo popular de 2003 a 2015, mas também de suas falhas e resistências internas, e o diagnóstico do retrocesso pós golpe de 2016, com o recrudescimento e prevalência do racismo estrutural em suas múltiplas manifestações e da necropolítica nas relações sociorraciais de nosso país, que tem resultado na atualização da histórica negação de direitos, tratamento excludente, discriminatório e genocídio da população negra, vimos propor ao futuro governo popular, progressista e de transformação social que assumirá o Governo Federal e os destinos políticos da nação a partir de 2023, as seguintes 13 pautas e compromissos com a população brasileira, a população negra e a causa antirracista:

### **13 pontos para contribuição com o programa de governo:**

1. Retomada da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) com Status de Ministério, dotação orçamentária correspondente para suas ações e representação nos Estados.
2. Somar esforços junto às medidas legislativas já em encaminhamento para instituir o dia 20 de novembro como feriado nacional.
3. Estabelecer diálogo com representações do Movimento Negro organizado para discussão, revisão e inclusão de pautas relevantes no Estatuto da Igualdade Racial que à época de sua aprovação não foram incorporadas.
4. Efetiva implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, População Indígena, Populações do Campo, das Florestas e das Águas, com informatização dos processos de trabalho, e política de sensibilização, capacitação, educação permanente e continuada dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde que atendem essas populações, com fortalecimento de políticas específicas de saúde mental desinstitucionalizadora, antimanicomial, com participação social, prevenção, cuidados e tratamento da dependência química na perspectiva de direitos dos usuários do SUS.
5. Envidar esforços para a efetiva implementação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008, fomentando a adesão dos governos estaduais e municipais com programas de capacitação, aperfeiçoamento e educação permanente e continuada para docentes, produção e distribuição de material didático específico que aborde a temática da promoção da igualdade racial em suas várias dimensões e manifestações, como no plano material, simbólico e da linguagem.

6. Retomar e fortalecer as políticas sociais de redistribuição de renda, instituindo uma renda básica de cidadania para as pessoas em situação de vulnerabilidade, conforme prevê a Lei 10.835/2004 (Lei Suplicy), associada a ações específicas de assistência educacional e qualificação para o trabalho.
7. Formular uma política cultural consistente, garantindo o acesso e fruição às múltiplas manifestações culturais pelos cidadãos e cidadãs, apoiando, fomentando e financiando a produção descentralizada dos artistas, coletivos, comunidades e produtores locais, retomando os pontos de cultura e o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil como uma de suas estratégias, discutindo e revendo dispositivos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e legislações correlatas que burocratizam, dificultam e inviabilizam a constituição e funcionamento das entidades.
8. Retomada, reformulação e aperfeiçoamento do Plano Juventude Viva, com participação da sociedade civil organizada, com foco na prevenção da violência e enfrentamento aos homicídios contra a Juventude Negra, na promoção e ampliação de acesso a direitos e ações esportivas, culturais e educacionais para este público no território em que vivem.
9. Iniciar diálogo institucional com os demais poderes e entes federados propondo reforma do Judiciário e do Sistema de Justiça, visando o efetivo acesso à justiça dos hipossuficientes, instituir mecanismos de acesso e ingresso da população negra, indígena e das classes populares aos cargos e carreiras jurídicas do Sistema de Justiça, de ampliação e fortalecimento das Defensorias Públicas, priorização das penas alternativas à prisão e estratégia de desencarceramento, rever o atual paradigma da política de repressão às drogas por política de prevenção e enfrentamento aos financiadores do tráfico, qualificação das polícias militares e civis, agentes do sistema de justiça e dos órgãos de aplicação da execução penal com formação em direitos humanos com ênfase na desconstrução do racismo estrutural presente nesse Sistema.
10. Envidar esforços para revogar aspectos da reforma trabalhista que flexibilizaram e precarizaram direitos, reinstaurar a política de valorização real do salário mínimo, implementar medidas universais macroeconômicas e de investimentos para geração de emprego e renda, apoio a agricultura familiar, economia solidária e estímulo a adoção de ações específicas de cotas para população negra, indígena e mulheres nos diversos setores econômicos e retomada da expansão do acesso ao ensino superior, técnico e profissional associado a ações afirmativas promotoras da inserção da juventude negra, indígena e de baixa renda no mercado de trabalho de forma qualificada.
11. Inserir a política de promoção da igualdade racial de forma transversal e institucionalizada em todos os Ministérios e Secretarias.
12. Envidar esforços para Revogar a Emenda Constitucional 95 que impede o investimento necessário em educação e saúde.
13. Realizar Auditoria Cidadã da Dívida Pública, que consome grande parte do orçamento, afastando as ilegalidades e ilegitimidades e carreando os recursos para os investimentos nas políticas públicas e fazer uma reforma tributária que tribute a riqueza e as grandes fortunas, desonerando o consumo da população mais pobre.

Ubá, 23 de Julho de 2022.

Ano 327 da morte-ressurreição de Zumbi dos Palmares.

Ano 48 do Encantamento de Solano Trindade.